



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 04 | N°. 08 | Ano 2023

Tubias Capaina

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO MOÇAMBICANO: ALGUMAS NOTAS NA EMERGÊNCIA DO PENSAR MOÇAMBIQUE COMO UNIDADE NACIONAL

**THE HISTORY OF AFRICAN THOUGHT: SOME NOTES ON THE
EMERGENCE OF THINKING MOZAMBIQUE AS A NATIONAL
UNITY**

RESUMO: O presente texto aborda a emergência do pensamento moçambicano no contexto da unidade nacional, destacando a diversidade de influências e contextos em que os pensamentos africanos surgiram com diferentes abordagens, alguns países passaram por guerras de libertação e outros por eleições. Defensores da indenização do africano argumentam pela exploração da força de trabalho. A epistemologia questiona a validade do conhecimento e sua aplicação, enquanto a autoridade etnográfica implica uma observação direta. Exemplos incluem a imposição do cristianismo para colonização versus a adesão voluntária ao islamismo, com colonos em Moçambique usando igrejas e escolas para controle social.

PALAVRAS-CHAVE: Heranças Culturais; Símbolos; Sentimentos de Unidade Nacional.

ABSTRACT: This text addresses the emergence of Mozambican thought within the context of national unity, highlighting the diverse influences and contexts in which African thought developed. Different countries experienced varied paths, with some undergoing liberation wars and others elections. Advocates for African reparations argue for compensation due to labor exploitation. Epistemology questions the validity and nature of knowledge, while ethnographic authority implies close observation. Examples include the oppressive imposition of Christianity for colonization versus voluntary adherence to Islam, with colonizers in Mozambique using churches and schools for social control.

KEY WORDS: Cultural Heritages; Symbols; Feelings of National Unity

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO MOÇAMBICANO: ALGUMAS NOTAS NA EMERGÊNCIA DO PENSAR MOÇAMBIQUE COMO UNIDADE NACIONAL

Tubias Capaina ¹

Introdução

O início da reocupação do nacionalismo a partir dos primeiros anos do século XX marca os primeiros pensamentos estruturados, com a divisão territorial na Conferência de Berlim e a abolição da escravatura na América, mas isso não representava o fim da segregação racial. Os negros não obtiveram direitos plenos imediatamente; era necessária uma reformulação dos estatutos para os negros. Embora tenham deixado de ser escravos, precisavam trabalhar para se sustentar a dia contextual ao pensamento africano é noção da interconexão e a importância da comunidade. Embora todos precisem trabalhar para se sustentar, essa necessidade é vivida de forma diferente em cada grupo. No contexto africano, o trabalho é muitas vezes visto como uma responsabilidade coletiva, envolvendo colaboração e apoio mútuo. Ao discutir a realidade de diferentes grupos, como a população branca, é importante reconhecer que, embora a luta por sustento seja comum, as experiências e desafios são moldados por fatores históricos e sociais. Assim, devemos abordar o trabalho não apenas como uma questão individual, mas também como uma experiência coletiva que reflete a diversidade de vivências e contextos.

Surgindo então a ideia de lutar por direitos iguais. Por isso, alguns defendiam os direitos dos negros nos locais onde se encontravam, enquanto outros defendiam esses direitos fora dos locais onde se encontravam. A democracia não é nossa; mesmo com o poder do Estado, as pessoas vão se submeter a outras formas de poder magia, feitiçaria e religião. A Magia neste texto é usado para referir a prática de manipular forças sobrenaturais ou ocultas para causar efeitos desejados. A magia pode ser vista como uma técnica ou arte que busca influenciar eventos ou pessoas através de rituais, encantamentos ou simbologia. Geralmente, é associada a práticas não religiosas e pode ser vista tanto de forma positiva (como em rituais de cura) quanto negativa (como em maldições). Assim,

"A magia, em muitas culturas, é vista como uma prática que busca manipular forças sobrenaturais, enquanto a religião organiza a relação com o sagrado." (ELIADE, 2005, p. 192).

"A magia é uma forma primitiva de religião, onde o homem tenta controlar o ambiente através de rituais" (FRAZER, 2008, p. 70).

¹ Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. capainatubias@gmail.com

Por sua vez a noção de feitiçaria, muitas vezes considerada uma forma de magia, se refere especificamente ao uso de feitiços, encantamentos ou objetos mágicos para influenciar situações. A feitiçaria pode ser praticada tanto de maneira benevolente (para proteção ou cura) quanto maliciosa (para causar dano ou controle). A feitiçaria pode ter conotações negativas em algumas culturas, levando a estigmas ou perseguições. Como aponta Meyer e Geschiere (2007, p. 214): "A feitiçaria é uma forma de interação social que reflete a busca por controle e poder em um mundo muitas vezes incerto e imprevisível." Entendemos por religião como sendo um sistema organizado de crenças, práticas e valores que envolve a relação entre os humanos e o sagrado ou divino. A religião geralmente inclui rituais, ética e doutrinas que guiam a vida dos seus seguidores. Assim,

"A crença em magia reflete a necessidade humana de encontrar significado e controle em um mundo incerto" (LEMAN; STORK, 2012, p. 23).

"As práticas de magia e religião evoluem em resposta à globalização, refletindo identidades culturais dinâmicas" (MEYER; GESCHIERE, 2007, p. 15).

A magia e a feitiçaria podem, em alguns contextos, coexistir com a religião, mas a religião normalmente se centra em um entendimento mais amplo de espiritualidade e moralidade, enquanto a magia e a feitiçaria são práticas mais voltadas para a manipulação de forças ou energias. Assim, enquanto o poder refere-se à capacidade de influenciar, a magia e a feitiçaria são práticas que buscam manipular forças para obter resultados específicos. A religião, por sua vez, é um sistema mais abrangente que orienta a vida espiritual e moral dos indivíduos. Refere-se à capacidade ou influência que uma pessoa ou grupo tem para afetar a vida dos outros ou o ambiente ao seu redor. O poder pode ser exercido de várias formas, incluindo liderança, controle social, e a utilização de conhecimento ou habilidades.

A revelação de um estado não se dá pelo que vai fazer internamente, mas pelo que traz consigo; por isso, devemos tornar o homem branco no contexto africano, um objeto de estudo e identificar as pessoas que reagem contra a democracia.

Du Bois (1903) diz que a emancipação do negro deve ocorrer dentro do contexto em que ele está inserido, enquanto outros dizem que a emancipação deveria ocorrer com o retorno do negro à terra-mãe, a África. A guerra de Hitler foi a primeira a ter uma grande participação dos negros, o que fez com que os negros desacreditassem na figura do homem branco, tornando a relação mais profunda entre os participantes. Valdez (2008), caracteriza essa época como a mais produtiva em termos de ideias e experiências; já existem poemas e livros sobre os direitos dos negros. É o momento em que se faz a epistemologia do colonialismo. Ex.: as independências

políticas são consequência da contraofensiva ideológica, isto é, questiona-se a educação colonial e reivindica-se os direitos culturais dos negros.

A existência dos mestiços evidencia as relações que os brancos tiveram com suas colônias. A cultura, sendo algo abstrato, necessita ser entendida de forma concreta; por isso, para alguns, a cultura é entendida como redes complexas de relações sociais a partir de uma estrutura. A antropologia começa a partir da explicação dos dados, pois as descrições todos podem fazer, mas as explicações têm a ver com instituições sociais, desde como vivem até suas regulamentações cotidianas. Depois de descrever, é preciso encontrar padrões. A produção de conhecimento em antropologia é cara, por isso os trabalhos recentes são baseados em consultorias ocasionais, o que facilita a aplicação do método quantitativo em detrimento do qualitativo.

O mito da modernidade no contexto atual

A modernidade, como construção de uma mesma realidade, vai além da estratificação; ela é dinâmica e, por essa razão, todas as sociedades se transformaram para melhor. A relação tecnológica também foi influenciada pelos padrões culturais. Por exemplo, alguns inventos que ocorreram na Europa tiveram origem fora dela, como o chá na Índia e a pólvora na China. No entanto, todos esses produtos foram apropriados, negando a existência de várias modernidades ou de uma modernidade específica. O símbolo sempre fez parte da vida do homem desde os tempos antigos, visto que, por natureza, o homem é um animal simbólico, como afirma Cassirer (1999). Todas as suas ações são representadas sob a forma de símbolos, e isso ocorre quando o homem descobre que não pode mudar a natureza das coisas e passa a agir segundo suas emoções, ilusões e sonhos. É nessa perspectiva de emoções, ilusões e sonhos que chegamos ao simbolismo, sobretudo o freudiano, visto que, para Freud (1996.), cada símbolo tem significado ou conhecimento para a pessoa que sonha, mas esse conhecimento é inconsciente e, ao acordar, o homem tenta interpretá-lo usando símbolos do seu próprio contexto.

As ideias simbolizadas se referem aos fenômenos básicos de nossa existência real ou do nosso dia a dia, como nossos próprios corpos, a vida, a morte e a procriação. Esses fundamentos, em relação a nós próprios e à família da qual somos membros, mantêm, durante toda a vida, sua importância original, e a energia flui deles para todas as ideias derivadas. Quando o sonhador utiliza símbolos, a cada sonho haverá símbolos universais ou ele criará novos símbolos, "sendo inseparáveis de seu ambiente, como, por exemplo, navios para marinheiros, o arado para fazendeiros". Em outras palavras, o homem só sonha aquilo que existe no seu contexto; por exemplo, um moçambicano não pode sonhar com um urso porque esse animal não faz parte do

seu meio ambiente. Da mesma forma, isso oferece subsídios para entender a relação entre o Estado e a cultura moçambicana tanto no período colonial quanto no pós-colonial, elencando elementos empíricos que sustentam nossas percepções sobre a cultura em Moçambique. De modo geral, introduz-se a história de Moçambique e da presença estrangeira para melhor situar ou orientar os leitores sobre a temática em discussão. Assim, para Siliya (1996, p. 41), o atual território que hoje é chamado Moçambique era conhecido nos tempos remotos por suas atividades de comércio. Foi assim que os portugueses apareceram por essa região a caminho da Índia, à procura do famoso ouro que, na época, era a base do comércio entre Estados.

Antropologia como instrumento do projeto colonial

A antropologia do simbólico (símbolo) surge como ciência no século XIX, assim como muitas outras ciências. Ela se dedicava ao estudo da religião, questionando se os ditos povos primitivos tinham ou não religião, constituindo-se assim, em uma ciência instrumentalista, uma vez que nasce da colonização. Por isso, é legítimo chamar seus praticantes de consultores sociais. Eles estão abertos para qualquer campo social e possuem ferramentas capazes de agir, entender e explicar as causas das relações sociais. No entanto, não implementam nada; apenas coletam e colecionam os dados. As pessoas pensam de maneira diferente, por isso o que é bom para um pode ser mau para outro, como afirma Jean Coppans (1986.). Segundo Tylor (1871), a religião teria surgido nos povos ditos primitivos através dos sonhos, onde estes tentavam entender ou interpretar os significados dos sonhos depois de acordar. Assim, a religião é entendida como uma construção intelectual e uma produção coletiva, visto que o homem tentava representar os seus sonhos logo que acordava.

No meu entender, Heródoto, foi um grego e descrevia povos sobre os quais ele via, sub o ponto de vista ideológico e explica as formas de organização social, o Deus sobre os quais eles acreditam a partir dos seus pressupostos, daí a origem etnocêntrica, afirmando a existência de povos com culturas superiores. Este historiador é tido como o pai da antropologia, pois, em algum momento ele descreveu a diversidade cultural, embora dando ênfase para a diferença social. Séc. XIX, antropologia se constrói como ciência, dedicada aos estudos das sociedades exóticas, selvagens, de pequenas dimensões, sem o uso da moeda nas suas trocas comerciais, etc. O método introduzido é a comparação, (método comparativo). Tipo da antropologia do gabinete, onde se especulam sobre o outro. Os teóricos são: Frazer, Morgan e Tylor são os mais destacados. Frazer personaliza o evolucionismo, a Europa determinava o poder sobre tudo onde a igreja estive no topo, houve a preocupação em se saber se o exótico teve deuses, a questão da racionalidade, até que ponto as cerimônias que eles fazem tem impacto. Tylor desenvolve as

teorias das religiões explicando as religiões dos primitivos, afirmando que a religião surge a partir do momento em que eles sonhavam e a partir deste espanto os primitivos foram inventando argumentos que iam além do físico e que teve um impacto sobre os primitivos, com isso deu início a construção social e mental dos primitivos decisivos dos processos que interferem no cotidiano. Por isso inventou-se os seus rituais, os tótemes, ídolos.

A disciplina aborda as formas de organização social, análises sociais a partir dos métodos de investigação e ferramentas conceituais (vocabulários, abreviaturas e diagramas) utilizados para explicar esses fenômenos. O antropólogo estuda os casos antes do nascimento do indivíduo e os fenômenos após sua morte. A socialização inicia com o nascimento e termina com a morte, mas o antropólogo vai além dos fenômenos materiais. A cultura, na perspectiva antropológica, vai além do material, focando-se nos aspectos espirituais.

Para Freud (1915-1916 apud Oliveira, 2011), existe uma série de símbolos considerados universais por serem encontrados em quase todas as culturas, tais como: o corpo humano como um todo, os pais, os filhos, irmãos e irmãs, nascimento, morte, nudez, etc. Exemplos: o nascimento é quase sempre representado por algo relacionado à água; morrer tem relação com partir, viajar de comboio.

As duas dimensões do simbólico são diferentes, mas não excludentes; por isso, são complementares. O homem, sendo um animal simbólico, interpreta e representa o mundo que o rodeia. É importante ressaltar essa complementaridade entre símbolo e simbolismo, ainda que exista uma objeção, visto que o simbolismo, devido à forte influência da psicanálise de Freud, faz suas interpretações tendo como ponto de partida os sonhos, enquanto o símbolo parte de uma imagem. Isso se deve ao fato de que o símbolo apresenta dois lados, o que Cassirer (1999) chamou de duplo imperialismo: significado e significante. O homem é, por natureza, um animal simbólico, pois todas as suas ações se resumem a representações simbólicas, e essas são feitas de forma contextual e só fazem sentido dentro de um contexto específico.

Os portugueses no território nacional

Segundo Siliya, quando os portugueses chegaram à atual Ilha de Moçambique em 1498, sua presença inicialmente não influenciou os povos bantus que viviam na região, especialmente as populações do interior da África Oriental. Com o passar do tempo, a presença portuguesa começou a se marcar pela construção de algumas fortalezas ao longo da costa.

É verdade que a presença portuguesa na altura tinha como objectivo principal estabelecer pontos de referência e de apoio marítimo para garantir os contactos comerciais entre Europa e a Ásia através da África Oriental que também tinha já desenvolvido o comércio de ouro e de marfim. No entanto, a partir do princípio

do século XVIII os portugueses concentraram os seus esforços na conquista do centro da bacia do Zambeze, numa tentativa de capturar o fluxo do ouro das então famosas minas do Monomotapa. O comércio de escravos, no século XVIII, que chegou a tornar-se a actividade dominante nessa altura, teve consequências devastadoras na vida social dos africanos que já estavam numa fase de desenvolvimento (SILIYA, 1996, p. 44 - 45).

Segundo Siliya (1996, p. 44-45), os povos que os portugueses encontraram no território hoje denominado Moçambique tinham suas culturas típicas que os diferenciavam dos outros povos do mundo. Eles possuíam modos de vida específicos e uma forma concreta de visão de mundo, incluindo suas manifestações religiosas e crenças.

Açúcar amargo na vida de Abdul Kamal

De acordo com João (2000), até a última década do século XIX, o poderio português no Norte de Moçambique era fundamentalmente marítimo, sem meios para ocupar e dominar os territórios do interior. Por isso, sua presença se restringia a áreas costeiras, como ilustram as seis vilas costeiras de Mocimboa, Pangane, Lumbo, Quissanga, Montepuez e Arimba, além das ilhas e ilhéus do Oceano Índico, como o Arquipélago das Quirimbas. Dois exemplos demonstram a ausência dos portugueses no interior de Cabo Delgado: a livre circulação dos traficantes de escravos e a passagem não controlada dos britânicos. Um aspecto a ser considerado é que a região de Chiúre, além de ser uma zona de trânsito das caravanas, representava um polo de atração para a agricultura e facilitava a segmentação das chefaturas e linhagens.

No processo de implementação da política administrativa colonial, Portugal não ficou ausente de seus empreendimentos. Foram criadas novas instituições, as regedorias. Uma vez terminado o mandato da Companhia de Niassa, Portugal retomou a divisão territorial anterior e tentou adaptá-la à nova realidade. Num primeiro momento, integrava as estruturas pré-coloniais no sistema administrativo, mas, num segundo momento, marginalizava os chefes legítimos, substituindo-os por traidores, cozinheiros, antigos soldados ou sipaios. Assim, foram criadas novas camadas sociais, às quais foram confiadas tarefas específicas, forçadas pela ocupação moral e material.

Para João (2000), o caso do régulo Abdul Kamal é um exemplo da dualidade da política indígena em Cabo Delgado. Ele combinava simultaneamente os dois tipos de características procuradas pelo estado colonial para assegurar seu domínio. Foi através de sua posição social que Abdul Kamal conseguiu desenvolver seus negócios. Sua participação na atividade econômica, especialmente comercial, gerou ódios e invejas por parte dos colonos locais, com quem competia com sucesso, o que originou conflitos. Ele foi preso e morto sob o pretexto de

traição pela PIDE, que alegava que a origem de seus caminhos estava relacionada ao seu envolvimento com anticolonialistas.

O simbolismo como herança cultural

Segundo Inada Inada (2011 apud Laplanche; Pontalis, 2001), em "Vocabulário da Psicanálise", existe certa dificuldade em delimitar um uso estritamente psicanalítico para o termo simbolismo devido à sua estreita ligação com a teoria freudiana; aos diversos sentidos atribuídos às palavras simbólico, simbolizar e simbolização; e aos problemas relacionados à questão do pensamento simbólico. Dessa forma, eles distinguem dois sentidos atribuídos ao simbolismo no interior do discurso freudiano: um lato e outro restritivo.

Para Cassirer (apud Moura, 2000), o homem é por natureza um animal simbólico, pois tudo o que faz carrega consigo um significado, sendo este passível de ser representado. Geralmente, as representações não são abstratas; ou seja, nós não representamos algo que não conseguimos ver ou que não existe em nosso contexto. Segundo Durand (1993), a vida do homem sempre constituiu uma representação e, para isso, a consciência representa o mundo de duas formas: direta e indireta. Em sentido lato, trata-se de um comportamento ou pensamento que, embora apareça ao sujeito sob determinada forma, seu significado real lhe é oculto. De modo mais geral, empregamos o termo "simbólico" para designar a relação que une o conteúdo manifesto de um comportamento, de um pensamento, de uma palavra, ao seu sentido latente.

A representação direta é aquela em que a coisa ou o objeto a ser representado existe em si na forma física, enquanto a indireta, por vários motivos, é aquela em que o objeto não existe em seu estado físico, podendo recorrer a uma imagem para representá-lo. Por exemplo, a recordação de nossa infância e a ideia que temos acerca de Deus (DURAND, 1993). É importante salientar que essas duas formas de representar o mundo não são excludentes; pelo contrário, podemos utilizá-las simultaneamente. É nessa perspectiva das representações que chegamos ao símbolo, que por sua vez pertence à categoria dos signos. O signo é uma economia de palavras que nos remete a um significado verificável; existem dois tipos de signos: os arbitrários e os alegóricos. Os primeiros remetem-nos a uma ideia da realidade suscetível de se apresentar, enquanto os últimos (alegóricos) remetem-nos a ideia de algo que não se apresenta no mundo visível. É dessa forma que chegamos à imaginação simbólica propriamente dita – isto é, quando o significado não é de modo algum apresentável e o signo pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível. Por exemplo, o mito escatológico patente na obra "Fédon". De acordo com Durand (1993, p. 10):

Podemos definir o símbolo, como A. Lalande, como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de perceber, ou ainda, como Jung: A melhor forma figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não conseguíamos designar inicialmente de uma maneira mais clara e mais característica.

No seu sentido restrito, o simbolismo, segundo De Oliveira (2011 apud LAPLANCHE e PONTALIS, 1983), é compreendido pela representação que se distingue pela constância da relação entre símbolo e simbolizado. Assim, é válido também descrever símbolo, que é o responsável por fazer a passagem entre o concreto e o abstrato, ou seja, entre o objeto real conhecido e sua significação subjetiva. Embora seja possível distinguir na totalidade das obras freudianas duas concepções de simbolismo, isso não significa que são contraditórias. Pelo contrário, complementam-se, na medida em que uma parece esclarecer os pormenores da outra. É importante referir que o significado de cada símbolo só é passível de ser interpretado ou representado por aquele que sonha, mas esse conhecimento atribuído ao sonho não é consciente; pelo contrário, é inconsciente, e para decifrar o inconsciente é necessário fazer uma livre associação. “A técnica dos símbolos suplementa a técnica associativa e produz resultados que apenas possuem utilidade quando subordinada a esta” (FREUD, 1915-1916, p. 153 apud OLIVEIRA, 2011).

Origem do termo cultura como projeto social

Para Crespi (1997, p. 13), as origens históricas do conceito científico de cultura foram inicialmente usadas para referir o processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem, que os gregos designavam utilizando o conceito de paideia. Nesse contexto, o indivíduo considerado "culto" é aquele que, assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais. Esse mesmo conceito também era usado na Roma antiga: com efeito, a palavra cultura deriva do latim colere, que inicialmente indicava a ação de cultivar a terra e criar gado.

O termo foi sucessivamente alargado, em sentido metafórico, para abranger o espírito, a língua, a arte, as letras e as ciências. Segundo Crespi, com a afirmação do Iluminismo, o termo cultura sofreu um ulterior alargamento de seu significado, integrando o patrimônio universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade e, como tal, aberto a todos. Constitui-se, enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência.

Conceito de Cultura no contexto simbólico

Segundo Fabietti (2002, p. 51 apud MARTINS, 2009, p. 43), a cultura é um conceito em crise que deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados. Arnold (1869 apud MARTINS, 2009, p. 45), definiu cultura como a aquisição da perfeição, implicando uma condição interna da mente e do espírito ("doçura e luz"), através do bom e do melhor que se pensou e se disse na história. De acordo com Vieira (apud SILIYA, 1996, p. 41), cultura é a dança, mas não apenas a dança. Cultura é uma concepção do mundo, uma maneira de agir sobre o mundo, é também a arte, mas não só a arte. Cultura é um conceito total e de inovação. É uma tensão para o progresso.

Para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura), o termo cultura não se refere apenas às belas artes, literatura e filosofia, mas às características distintivas e específicas e à maneira de pensar e organizar a vida de cada indivíduo e comunidade. Por isso, cultura abrange a criação artística, bem como a interpretação, execução e circulação das obras de arte; cultura física, esporte, jogos e atividades ao ar livre; e também as formas como uma sociedade e seus membros expressam seus sentimentos em relação à beleza e harmonia, sua visão do mundo, os modos de criação tecnológica e o controle de seu ambiente natural (UNESCO, 1982 apud SILIYA, 1996, p. 40).

Tylor (1871 apud Martins, 2009, p. 45), definiu de forma descritiva a cultura como sendo "o conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". A definição avançada por Tylor é uma das primeiras tentativas de uma definição científica de cultura ou de elaboração de um conceito capaz de delimitar, de modo suficientemente rigoroso, o âmbito dos fenômenos culturais enquanto objeto de análise das ciências sociais (CRESPI, 1997, p. 13).

Entretanto, os conceitos enunciados são convergentes, na medida em que se mostram característicos de uma coletividade. O ser humano busca suportes dos modelos culturais a partir do nascimento, infância, adolescência, fase adulta até sua morte, pois a experiência existencial do ser humano integra a cultura, fornecendo diferentes situações histórico-sociais, aplicação e representação de significados determinados que cumprem a função de redução da complexidade sobre o que seria a cultura na contemporaneidade.

A cultura, quanto à redução, não esgota a complexidade do real e da experiência vivencial, supondo que esta pode ser uma das razões pelas quais as formas culturais se modificam conforme o tempo e várias situações sociais. A cultura, enquanto produto humano, implica consciência, vontade e liberdade, tornando-se uma tarefa social, pertencente às comunidades, por meio de experiências vividas por homens e mulheres através da história, que formam o patrimônio cultural de um determinado povo. Esse patrimônio é transmitido de

geração para geração não biologicamente, mas adquirido através de um processo de aprendizagem e socialização designado por enculturação ou endoculturação. Cultura é um modo de vida total e não apenas elementos parciais de usos e costumes.

Características da Cultura na construção de identidades

Para Martinez cultura possui cinco (5) características nomeadamente: cultura é simbólica; cultura é social; cultura é estável e dinâmica; cultura é seletiva; cultura é universal e regional; e por último, a cultura é determinante e determinada.

Cultura como produto simbólico

O símbolo é uma chave para a compreensão da cultura, pois o homem vive entre dois espaços, dois mundos que se completam: a) O mundo do referente, que diz respeito ao espaço exterior; b) O mundo simbólico, ou o espaço imaginário, como afirma, C. Levi-Strauss (1958).

O problema do simbólico diz respeito à cultura e a sociedade em sua globalidade, dado que a cultura pode ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos que constituem um conjunto de comunicações (MARTINEZ, 2009, p. 49).

Nesta perspectiva, entende-se que o símbolo é um fenómeno físico que é atribuído significado por aqueles que o utilizam, mas o seu significado não é atribuído arbitrariamente pela fantasia ou imaginação de um indivíduo, pois os símbolos são expressões da vida que se enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de acções dos membros da sociedade. Portanto, enquanto sinais os símbolos podem se:

- a). **Naturais**, aquelas que a própria natureza fornece, por exemplo: o fumo é sinal do fogo;
- b). **Convencionais**, atribuídos livremente num determinado contexto cultural, sem olhar a sua afinidade natural, por exemplo, a linguagem, c). **Simbólicos**, aqueles usados nos ritos com determinados significados que podem ser objectos, eventos, pessoas, relações, gestos, lugar, período de tempo, cores, música, luzes (MARTINEZ, 2009, p. 51).

Cultura no contexto da construção social

O seu carácter simbólico permite que ela seja comunicada entre os membros da sociedade. Os hábitos, costumes, padronização de comportamentos, processos de transmissão e de mudança são processos sociais. Nisso, a cultura pertence à sociedade, pois ela representa uma conquista e um acúmulo de conhecimentos, ou seja, o património cultural que a sociedade foi formando durante toda a sua história. Cultura é social quanto aos agentes dos processos de transmissão e aprendizagem, uma vez que, quem transmite age em nome da sociedade e quem a recebe, o faz

como indivíduo e como membro de um grupo com status próprio na sociedade (MARTINEZ, 2009, p. 53).

Cultura é estável e dinâmica

A característica estável da cultura reside na tradição e na institucionalização de padrões de comportamento, mediante a uma expressão através da função normativa do controle social, do caráter institucional e dos padrões de comportamento (MARTINEZ, 2009, p. 54-55). O mesmo salienta ainda que o fator estável da cultura implica refletir sobre a autenticidade cultural, que faz pensar no conceito de cultura original como se fosse uma entidade pura, uma vez que sempre há um elemento estável que de alguma maneira a protege dos inevitáveis processos de mudança. Torna-se dinâmica no sentido de sua permanente vitalidade, que se materializa em processos de mudança e transformação.

O autor ressalta que, por lei da vida, a cultura muda como um ser vivo que cresce e se transforma constantemente, de modo que “a cultura que se fecha à mudança, permanece ela sozinha”. No entanto, trata-se de mudanças que consideramos estruturais, pois é próprio da cultura o movimento interno de funcionamento e de crescimento, reformulando-se constantemente.

A Cultura é seletiva

O processo seletivo nasce do contato entre diferentes culturas, podendo ser fundamental na reformulação cultural. Este decorre a partir da avaliação dos novos elementos e vai até a aceitação ou rejeição dos mesmos na cultura em questão. O resultado é um determinado elemento ou elementos culturais que são selecionados e integrados na cultura, seja de forma consciente ou inconsciente (MARTINEZ, 2009, p. 56).

Cultura como mecanismo coercivo

Cultura é universal, pois nunca foi constatada pela história a existência de seres humanos desprovidos de cultura. Não há povos sem cultura nem homens incultos; qualquer outra afirmação em contrário é simplesmente etnocentrismo e cegueira intelectual. Considerar cultura enquanto um fenômeno universal é o mesmo que se referir aos aspectos que são comuns a todas as culturas, os chamados "universais culturais" (MARTINEZ, 2009, p. 58). Adicionalmente, o autor sublinha que cultura é regional ao referir-se às formas diferentes de um mesmo fenômeno

cultural ou às ditas culturas particulares, onde se encontram várias instituições familiares, sociais, políticas, econômicas e religiosas. Embora esses aspectos apresentem um caráter universal da cultura, suas formas concretas de inserção variam.

Cultura é determinante e determinada

Cultura faz o homem, e este faz a cultura, sendo que esta se impõe aos indivíduos, e estes pouco podem fazer no sentido de fugir dos padrões culturais. Cultura determina, em parte, o comportamento humano e dela depende a sua padronização. Seu caráter determinante permite o estudo científico do comportamento, visando à regularidade ou às leis do comportamento humano; o status social, do qual depende a normalização do comportamento; e o próprio comportamento no seu devir contextualizado. Esta é determinada pelo homem à medida que o mesmo é o agente ativo da própria cultura, a partir das mudanças por si provocadas, das modificações geofísicas, sociais, demográficas, econômicas ou políticas. Cada geração vai processando suas próprias reformulações culturais (MARTINEZ, 2009, p. 59). E o símbolo, como uma forma de representar o mundo, apresenta-se em três dimensões: a cósmica, a onírica e a poética.

A primeira dimensão recolhe as figuras do mundo visível ou que nos rodeia; a segunda diz respeito à raiz das figuras do mundo visível na mente, que a posteriori surgem como sonhos e recordações; e a terceira, através da dimensão poética, remete à linguagem o que foi enraizado na mente para ser transmitido. É importante referir ainda que o símbolo carrega dois lados: o significado e o significante, o que Cassirer (apud MOURA, 2000), chamou de duplo imperialismo do símbolo. Por exemplo, tomemos como símbolo "Jesus Cristo". O significante é Jesus Cristo como tal, e o significado são as interpretações que nós damos a Jesus, e isso varia de contexto para contexto. Em Moçambique, Jesus pode significar Senhor e Salvador pessoal; no Brasil, Jesus pode significar redentor; assim como em outras partes do mundo, o significado atribuído varia, como é o caso de Príncipe da Paz, Eterno, Poderoso, etc.

Algumas notas em torno das características da cultura

Fazendo uma reflexão em torno das características da cultura, importa referir que estas se complementam entre si. Não obstante, olharemos para a cultura como sendo um produto humano, que implica consciência, vontade e liberdade; uma tarefa social, pertencente à comunidade; e um conjunto de hábitos e costumes, experiências vivenciais que formam o patrimônio cultural de um determinado povo, transmitido de geração em geração através de um

processo de aprendizagem e socialização designado por enculturação ou endoculturação. A cultura, como símbolo, é acompanhada por um aspecto social que se estabelece através da ação e do significado, pois desempenha um papel importante na transmissão de saberes e na comunicação entre indivíduos em sociedade, visto que existem sinais ou símbolos que orientam a conduta e os comportamentos dos indivíduos em diferentes comunidades.

Por exemplo, as tatuagens faciais da etnia Maconde simbolizam, na cultura Maconde, a passagem de um indivíduo por um determinado ritual. Elas transmitem certas informações que alguém que não pertence a essa comunidade não saberia desvendar ou ler, e a pessoa submetida a tal ritual tem um certo comportamento e conduta a seguir em sociedade. Outro exemplo diz respeito à cor branca, que universalmente simboliza paz, mas no contexto de certas crenças religiosas no nosso país (Religião Rastafari), ela simboliza luto. Portanto, os símbolos tendem a ser contextuais e, mais ainda, um significante pode ter inúmeros significados ou interpretações, como ilustramos nos exemplos supracitados.

Estabilidade cultural como garantia do controle social

A cultura é estável, residindo na tradição e na institucionalização de padrões de comportamentos mediante uma expressão através da função normativa do controle social. Percebe-se, no entanto, que a cultura é a lente pela qual os indivíduos veem o mundo que os rodeia, e a partir do processo de socialização, estes se inserem na sociedade, comungando os mesmos valores, princípios, padrões e normas sociais estabelecidas, apesar de alguns indivíduos adotarem comportamentos desviantes. Segundo Silyia (1996, p. 64):

As tradições são as condições duradouras de vida que constituem bases seguras e estáveis para a existência de modos de vida de povo e que servem de ligação para o nascimento de valores nos hábitos, costumes e atitudes de uma sociedade que se transmite de geração em geração. A sua reprodução ou continuidade chegou a sobreviver durante séculos e séculos, não sofrendo modificações ou introdução de novos elementos, segundo as necessidades e condições existentes em cada época da vida humana. As tradições desenvolvem-se, renovam-se e adquirem novos valores, devido às transformações que se verificam em cada época do desenvolvimento de cada sociedade.

Na sociedade tradicional moçambicana, na zona sul do país, o "lobolo" é o símbolo ou gesto de compra da noiva, ou o preço fixado pelo qual se obtém a noiva. Era a base fundamental e a condição dos casamentos tradicionais. Variando de zona para zona, o "lobolo" ia desde a entrega de produtos correspondentes a valores simbolicamente fixados até a entrega de dinheiro, passando por um processo de renovação, adquirindo novos valores devido às transformações que se verificam na contemporaneidade (SILIYA, 2009, p. 72).

Esta prática se torna dinâmica na medida em que a prática do “lobolo” não se mantém constante nem cristalizada, pois é dinâmica e se transforma de geração em geração, de acordo com contextos específicos de cada sociedade. Sendo o “lobolo” uma prática cultural, constitui-se, por um lado, de sistemas e padrões de vida e comportamentos típicos que cada membro, ao integrar-se em determinada cultura, deve seguir, conformar-se com eles ou se apropriar de algumas normas específicas dessa cultura. É nessa perspectiva que as interpretações acerca dos símbolos podem ser vistas em dois níveis: hermenêuticas redutoras e hermenêuticas instauradoras (MOURA, 2000).

As hermenêuticas redutoras pretendem explicar o símbolo de forma exaustiva, partindo de uma disciplina específica e reduzindo-o a um conceito muito simples, através de análises diretas, simplistas e reducionistas. Enquanto isso, as hermenêuticas instauradoras analisam o símbolo de forma complexa, dando-lhe pluralidade, ao mesmo tempo que deve ser entendido dentro de um contexto específico. O processo seletivo da cultura é descrito à medida que indivíduos de culturas distintas comungam o mesmo espaço e ambos vivem de forma (in)voluntária, captando características um do outro. De outro modo, pode-se encontrar casos em que algumas culturas captam mais do que transmitem suas formas culturais.

A captação e/ou seleção pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente nas ações dos indivíduos. Exemplo: em sociedades que produzem telenovelas e nas que captam a informação, a interação nem sempre é recíproca. Quanto à sua regionalidade, refere-se à particularidade das culturas por regiões, ou seja, grupos específicos com atuações culturais distintas, porém reconhecidas. Por exemplo, a prática da mutilação genital feminina.

Quando se refere à cultura enquanto um agente determinante e/ou determinado, está-se falando que tanto o homem quanto a cultura têm uma relação interdependente, daí que essas esferas se correlacionam com a universalidade cultural. Pois assume-se que as ações culturais acontecem devido à interferência do homem e o homem existe pelo simples fato do reconhecimento cultural. Para Siliya (2009, p. 38):

os homens relacionam-se entre si na sociedade no processo de realização de várias actividades de acordo com as necessidades. Para que esse relacionamento seja lógico, formal ou inform, e obedeça a determinados critérios ou normas, por exemplo são concebidos valores de vida e comportamentos que devem ser seguidos por todos. Esse é um tipo de relações sociais como, por exemplo o respeito aos mais velhos, o respeito a determinados locais históricos e de culto, a observância à lei, participar nos ritos e cerimónias, etc. Então é assim que os homens na sociedade têm, sem dúvida, determinados tipos de relações políticas, económica e socioculturais dentro da sua ordem social estabelecida.

Cultura no contexto colonial

Segundo Victor Sousa², a cultura no período colonial era ditada pelos colonizadores portugueses, pois tudo que os "negros" moçambicanos criavam e recriavam não era considerado cultura, mesmo os nossos hábitos e costumes. Não eram permitidos expressar seus sentimentos, emoções e manifestações culturais, pois estavam subjugados ao jugo colonial. Em Moçambique, a cultura como unidade nacional foi concebida propriamente dita após a proclamação da independência nacional.

Cultura no contexto Pós-Colonial

Segundo Meneses (2014, p. 247), desde a proclamação da independência em Moçambique em 25 de junho de 1975, o governo de Moçambique sempre reservou um lugar especial para a cultura no conjunto das prioridades definidas nos diferentes planos e programas de governação. Ainda segundo o autor, como consequência da forma como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) considerava a cultura já desde o tempo da luta de libertação nacional, esta sempre mereceu peculiar destaque, destaque que se corporiza pela inclusão da cultura na lei mãe, desde a primeira Constituição, como abaixo se demonstra:

✓ Constituição de 1975- artigo 4, parágrafo 3:

A República Popular de Moçambique tem como objectivos fundamentais (...) a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social;

✓ Constituição de 1990- artigo 53:

O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O Estado Promove a difusão da cultura e desenvolve acções para afazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos;

✓ Constituição de 2004- artigos 94 e 115:

Todos os cidadãos têm direito à liberdade de criação científica, técnica, literária e artística. O Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor e promove a prática e difusão das letras e das artes. O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O estado promove a difusão da cultura moçambicana e desenvolve acções para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos.

O conceito de cultura no contexto da identidade nacional

Em primeiro lugar, importa referir que o conceito de cultura é inacabado, pois remete-nos a diferentes concepções a respeito do mesmo. A diversidade cultural, ou seja, a existência de diferentes culturas entre indivíduos é, segundo Linton (1943, p. 71), algo associado à dinâmica

² Diário de Entrevista, 21 de Junho de 2017

do processo de aceitação da sociedade e está ligada também aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidades e variedade. Frequentemente, a diversidade encontra-se na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças ou ainda na tolerância mútua.

Quanto à universalidade da cultura, assume-se nesta esfera que “nenhum homem é inculco”, confirmando que o ser humano está inserido numa história, num povo, nas crenças, nas formas de se expressar e comunicar com o mundo. É importante salientar que esses aspectos regem a vida do homem desde o seu surgimento, no seu desenvolvimento até a morte, por exemplo, a política do multiculturalismo que preconiza o reconhecimento de uma cultura pela outra.

Segundo Coelho (1997, p. 103), a Identidade Cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve a partilha de patrimônios comuns como a língua, a religião, a arte, o trabalho, entre outros. É um processo dinâmico, de construção contínua que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço. Não podemos abordar a identidade cultural moçambicana sem considerar a ideia de moçambicanidade, que segundo Tivane (2015), é representada por símbolos generalizados a todos os considerados moçambicanos. Contudo, reconhecemos que as pessoas participam de maneiras diferentes da cultura, por isso é impossível falar em uma identidade homogênea.

Apesar das tentativas de unidade nacional, a diversidade ou pluralidade de culturas em Moçambique não pode ser simplificada. Tendo em conta o conceito de cultura enunciado por Fabietti (2002, p. 51 apud Martins, 2009, p. 43), a cultura é um conceito que está em crise e deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados. Para Tshyembe (2014, p. 53-54), a cultura nacional só pode ser fruto da "fusão prolífera" de duas matrizes culturais: a historicidade africana e a historicidade europeia, considerando a impossibilidade de a nova cultura ser total e autenticamente africana.

Por conseguinte, o Estado pós-colonial nem sequer tomou conhecimento do conteúdo da cultura nacional a promover, limitando-se a suscitar nas massas necessidades geradas artificialmente, através da organização do ambiente que atua sobre a percepção, a representação, a simbolização dos objetos, pela promulgação de leis que reprimem determinados atos ou comportamentos para beneficiar uma política pseudo-nacional. Essa política visava "matar a tribo para construir uma nação", observando-se a repreensão e banimento da produção, criação e manifestação cultural dos vários grupos étnicos que compõem o mosaico cultural nacional.

Assim, Vassoa (2010, p. 109) refere que a cultura nacional sempre esteve desafiada por relações internas e externas de cunho social, econômico, político, militar, geopolítico e outros. Esse desafio interno e externo da cultura nacional pode ser de âmbito local, regional ou

internacional, cujas fronteiras, em alguns casos, são cada vez mais difíceis de delimitar precisamente sem se fazer um estudo histórico-antropológico.

Conclusão

Segundo Ngoenha, “a identidade nacional é um construto social, um projeto em constante construção e transformação, pois não se pode assumir em termos absolutos que os cidadãos têm uma identidade nacional genuína, sendo que Moçambique originou-se a partir de contatos culturais e econômicos entre vários povos oriundos da África, Europa e Ásia” (NGUENHA, 2008, p. 20)

O sujeito assume identidades culturais variadas em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu cultural" coerente. Entende-se a partir da premissa acima que a identidade ou cultura nacional é alimentada por discursos e narrativas políticas e símbolos considerados nacionais, tais como o território geográfico e o mapa de Moçambique, a bandeira nacional, o hino nacional, e o português como a língua oficial do país, entre outros elementos. Sendo Moçambique um território multicultural e multiétnico, é do entendimento do grupo que não se pode falar em cultura no singular, mas sim em "culturas nacionais".

Para Vassoa (2010), a identidade cultural torna-se uma celebração móvel, constituída e transformada sistematicamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O cérebro humano é o objeto individual mais complexo do universo, capaz de estabelecer mais ligações do que as partículas carregadas existentes no universo. Com isso, prefiro pensar que o mau tempo não existe, apenas existem diferentes tipos de bons tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIEF In Magic. The Social Psychology of Magical Thinking. **Journal of Social Issues**, vol. 68, no. 1, p. 1-16, 2012.

CASSIRER, Ernst. A Filosofia das Formas Simbólicas. Tradução de Paulo R. N. V. D. de Almeida. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COELHO, Túlio. Etnicidade como auto-consciência da especificidade cultural e social de um grupo particular. São Paulo: Editora Alínea, 2011.

COPPANS, Jean. A Lógica do Desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COSTA, Ana. Arte e Museus em Moçambique “entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras. Maputo: IZART, 2005.

CRESPI, Franco. Manual de sociologia da cultura. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DE OLIVEIRA, Isabella Ribeiro. **O Simbolismo nos Sonhos**. Texto apresentado na Jornada do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul em 16 de julho de 2011. p. 1- 4.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1995.

DU BOIS William Edward Burghardt. **The Souls of Black Folk**. New York: A. C. McClurg & Co., 1903.

ELIADE, Mircea. **A História das Crenças e das Ideias Religiosas. Vol. 1: Da Idade da Pedra até o Cristianismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FRAZER, James George. **O Ramo de Ouro: Uma Pesquisa sobre Magia e Religião**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos**. Tradução de Sérgio Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INALDA, Jaqueline Ferreira. O Simbolismo Inconsciente. **Kínesis**, Vol. III, nº 05, Julho-2011, p. 356-365.

JOÃO, Bruno. **Abdul Kamal e a história de chiúre nos séculos XIX e XX. Um estudo sobre as chefaturas tradicionais as redes islâmicas e a colonização portuguesa**. Maputo: Ed. Arquivo Histórico de Moçambique, 2000.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1967).

LINTON, Ralph. **O Homem, uma introdução à Antropologia**, Papyrus, São Paulo, 1943.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução de M. de A. M. S. de Almeida. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

MARTINS, Francisco Luís. **Antropologia Cultural: Guia para o Estudo**. 2009.

MENESES, Isaú. **Globalização. Urbanismos e Culturas Locais**. Edição ISArC, Matola, 2014.

MEYER, Birgit, E PETER, Geschiere. **Globalization and Identity: Dialectics of Culture and Politics**. In *The Handbook of Culture and Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Editora original Pingue Books, 1975.

MOURA, Marinaide Ribeiro. O Simbolismo em Cassirer. **Ideação**, Feira de Santana, n.5, p.75-85, Jan./Jun.2000.

NGUENHA, Severino. **Identidade Nacional em Moçambique: Perspectivas e Desafios**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008.

PALS, Daniel L. **Eight theories of religion: E. B.Tylor and J. G. Frazer, Sigmund Freud, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, Mircea Eliade, e. E. Evans-Pritchard, Clifford Geertz**. 2 ed. New York: New York University Press, 2006. 340 p.

PESSOA DE MENDONÇA, Maria Luiza Vianna. **A história das religiões de Mircea Eliade: Estatuto epistemológico, metodologia e categorias fundamentais.** Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

PARSONS, Talcott. **The Social System.** New York: Free Press, 1951.

SILIYA, Jorge Cossa. **Ensaio sobre cultura em Moçambique.** Maputo: ISART, 1996.

TIVANE, Fernando Francisco. **BCI é daqui ou está aqui?** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

TSHIYEMBE, Mario. **Estado Pós-Colonial: Factor de Insegurança em África.** Luanda: Edições Pedagogo, 2014.

VALDEZ, José Daniel. **Literatura e Identidade: A Construção do Eu na Literatura Afro-Brasileira.** São Paulo: Editora Humanitas, 2008.

VASSOA, Antônio. **Comunicação social e Relações Interculturais: Desafios e oportunidades da África Contemporânea.** Maputo: UEM, 2010.

Documentos

MOÇAMBIQUE, Comissário-Geral de. **Para a Exposição Universal de Sevilha.** Museu Nacional de Arte de Moçambique, 1992.

Recebido em: 17/07/2023

Aprovado em: 04/10/2023